Lições de deslocamentos[1]: ensinando política indígena e colonialismo de ocupação na ciência política [2] [3]

NANCY D. WASWORTH
Universidade de Denver | Denver, Colorado, EUA
Nancy.Wadsworth@du.edu

tradução LEONARDO BARROS SOARES
Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG | Belo Horizonte, MG, Brasil
leonardo.b.soares@ufv.br

tradução YASMIN NASCIMENTO MOITA
Centro Universitário do Estado do Pará | Belém, Pará, Brasil
yas.min_n@outlook.com.br

revisão técnica LEONARDO BARROS SOARES
YASMIN NASCIMENTO MOITA

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v32i1pe209417

[1] [Nota de Tradução]: A autora do texto faz um jogo de palavras entre "Unsettling" – que pode ser traduzido por, dentre outros sentidos, desconfortável/ intimidador/ desafiador/ desestabilizador/ amedrontador/ inusitado/ deslocador/ perturbador – com "settler colonialism", traduzido aqui como "colonialismo de ocupação". Optamos pela palavra "deslocamento", por ter relação semântica parecida com o antônimo de "ocupação". Ademais, o texto trata de lições que deslocam os sentidos usuais atribuídos a certos problemas e conceitos clássicos do campo da Ciência Política. Por fim, também guarda relação com os deslocamentos forçados [*forced displacement*] de suas terras tradicionais experimentados por muitos povos indígenas em diversos países do mundo. Em suma, a ideia fundamental do trocadilho original é o de que trazer questões indígenas para o campo da ciência política pode produzir uma tensão profícua e revolver visões de mundo demasiado rígidas.

[2] Publicado originalmente, *Unsettling Lessons: Teaching Indigenous Politics and Settler Colonialism in Political Science*, In PS: Political Science & Politics, vol. 47, n. 3: 692-697, jul. 2014.

[3] A presente tradução se configura como um dos produtos do projeto de pesquisa "Política de reconhecimento territorial indígena no Brasil: atores, instituições e processos", coordenado pelo professor Dr. Leonardo Barros Soares no âmbito de suas atividades de pesquisa na Universidade Federal do Pará, e integrado por Catarina Chaves Costa, Andrea Braga de Araújo, Dayane Nascimento Marques, Yasmin Nascimento Moita, Fabrício César da Costa Rodrigues, Victor Amaral Costa e Marina de Barros Fonseca.

resumo A história e a política indígena são cruciais e entrelaçadas com a história e a política de várias, senão a vasta maioria, das nações contemporâneas. No entanto, o tópico da política indígena e do colonialismo de ocupação raramente são lecionadas nos cursos de graduação em ciências políticas. Este artigo sublinha a utilidade pedagógica de um curso no nível de graduação focado na política e história indígenas, abordadas por meio de um esquema comparativo de políticas raciais. O curso no qual este artigo é baseado aborda o poder estatal e os direitos indígenas nos Estados Unidos, Austrália e América Latina em seus contextos históricos; no entanto, diversas outras variações são possíveis. O artigo revisita o contexto para o desenvolvimento do curso, os desafios relacionados ao ensino desta disciplina, e meus principais objetivos como docente. Depois, sublinha três estratégias pedagógicas aplicáveis em outras estruturas curriculares e discute consequências positivas do aprendizado mais observados enquanto eu refino esta área de ensino.

palavras chave Ciência política; Ensino; Colonialismo; Povos indígenas.

Unsettling Lessons: Teaching Indigenous Politics and Settler Colonialism in Political Science

abstract Indigenous politics and history are central to and, indeed, intertwined with the history and politics of many if not most contemporary nations, yet the topics of indigenous politics and settler colonialism are rarely taught in undergraduate political science programs. This article outlines the pedagogical utility of an undergraduate course focused on indigenous history and politics, approached through a comparative race politics framework. The course on which this article is based compares state power and indigenous rights in the United States, Australia, and Latin America in historical context, but many variations are possible. The article first reviews the context for developing the course, the challenges related to teaching the subject, and my primary teaching objectives. It then outlines three pedagogical strategies applicable in other course frameworks and discusses positive learning outcomes I have observed as I refined this teaching area.

keywords Political Science; Teaching; Colonialism; Indigenous peoples

Apresentação

Leonardo Barros Soares

É com muito prazer e satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica brasileira a tradução do texto *Unsettling Lessons: Teaching Indigenous Politics and Settler Colonialism in Political Science*, de autoria da professora da *University of Denver*, Nancy D. Wadsworth. Num momento histórico em que os povos indígenas enfrentam uma série de velhos e novos desafios políticos, nos orgulhamos de oferecer, em língua portuguesa, um recurso que pode auxiliar docentes do ensino superior a trazer temas relacionados às políticas indígenas e indigenistas para suas salas de aula.

Trata-se, a nosso ver, de um texto particularmente valioso para o campo da ciência política brasileira. Conforme já diagnosticamos em trabalho anterior (SOARES, 2020), esse campo disciplinar sofre de um agudo desinteresse por questões relacionadas aos povos indígenas brasileiros. É notável, nesse sentido, o contraste com os campos da antropologia e do direito. No primeiro caso, é forçoso reconhecer que a antropologia

produzida no Brasil é de qualidade reconhecida internacionalmente, desde os trabalhos pioneiros de Darcy Ribeiros aos contemporâneos de Eduardo Viveiro de Castro, Manuela Carneiro da Cunha, Marcela Coelho de Souza, Alcida Rita Ramos e João Pacheco de Oliveira, para citarmos apenas alguns mais conhecidos. Igualmente, no segundo caso, destaca-se toda a produção de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, Fernando Antônio de Carvalho Dantas e Ella Wiecko, dentre outros, que têm avançado o entendimento sobre os direitos dos povos indígenas no âmbito nacional e internacional. Se a ciência política brasileira não abriu espaço para discutir questões indígenas e indigenistas, o mesmo não se passou com esses domínios acadêmicos.

Não cabe aqui, nessa breve apresentação, discutirmos em profundidade as possíveis explicações para esse fenômeno. Basta, talvez, relembrarmos a discussão realizada por Kennan Ferguson (2016), que aponta uma série de elementos dignos de consideração, tais como a centralidade de conceitos caros à ciência política que, à partida, excluem populações autóctones em sua formulação (notadamente o clássico conceito weberiano de estado-nação) até o pressuposto implícito da superioridade de autores europeus frente a pensadores não brancos quando lidamos, por exemplo, com o campo da teoria política. Em suma, o campo disciplinar da ciência política no Brasil e em outros países parece estar ganhando consciência de que há algo profundamente perturbador no fato de que seus praticantes parecem ter pouco interesse por temas afeitos a um importante segmento populacional de sociedades multiculturais tais como a nossa.

O artigo em tela se apresenta como um recurso precioso para começarmos a reverter esse cenário. Nele, Wadsworth nos brinda com uma discussão prática sobre objetivos pedagógicos plausíveis a serem considerados ao desenharmos um curso, em nível de graduação, que almeje se debruçar sobre questões indígenas ou indigenistas. Além disso, apresenta três estratégias pedagógicas factíveis por ela utilizadas para alcançá-los. Nesse sentido, o texto, em que pese não se pretender um manual de atuação para docentes, fornece insights preciosos para quem quer começar a abordar o tema e não sabe por onde começar.

Concluímos essa apresentação do texto da professora Wadsworth exortando nossos colegas do campo para a leitura atenta das reflexões nele contidas. A negligência disciplinar para temas tão importantes da sociedade brasileira simplesmente não pode mais ser justificada. Esperamos que a divulgação do trabalho da professora possa instigar, entre nós, processos paulatinos de transformação de nossos programas disciplinares e nossas práticas de ensino.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos nossos colegas do grupo de pesquisa Política e Povos Indígenas nas Américas (POPIAM), do qual tenho a honra e a responsabilidade de ser o coordenador, que têm se dedicado com afinco a trazer reflexões e produções acadêmicas sobre questões indígenas e indigenistas a partir do arcabouço teórico-metodológico próprio do campo da ciência política. A tradução ora apresentada foi realizada em parceria com uma de suas pesquisadoras, de forma totalmente voluntária, o que demonstra o compromisso do grupo com o avanço da temática no cenário acadêmico nacional.

Além disso, ressaltamos a importância da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) para a viabilização da presente tradução. Aos poucos, mas de forma consistente e

respeitosa, a ABCP vem abraçando a importância dos debates étnicos e raciais para nosso fazer acadêmico, contribuindo decisivamente para que possamos pensar e intervir sobre a realidade de populações historicamente subalternizadas em nosso país.

Desejamos a todos os colegas uma excelente leitura!

***

Em 2012-2013, o movimento *Idle No More,*[4] liderado pelas Primeiras Nações Canadenses,[5] inspirou uma onda de ativismo de rua, além de uma presença vibrante e global nas mídias sociais. Os movimentos de povos indígenas que confrontam os Estados coloniais contemporâneos estão entre os mais chamativos fenômenos políticos no mundo atual.[6] O engajamento político dos "povos indígenas" não é nenhuma novidade: assuntos como a soberania, direitos dos tratados, autonomia das tribos, terra, combate ao racismo e a preservação dos recursos naturais inflamam o ativismo indígena há muito tempo. No entanto, com a ajuda das modernas tecnologias de comunicação, os esforços políticos dos indígenas têm se tornado cada vez mais coordenados e globais. Como os movimentos pró-democracia no Oriente Médio e os movimentos ambientalistas ao redor do mundo, os movimentos políticos dos povos originários consistem em esforços transnacionais que enfrentam intrincados legados históricos, acionam os órgãos políticos nacionais e internacionais, e reivindicam políticas públicas relevantes.

Sim, é possível – senão inevitável – que o aluno médio de graduação dos Estados Unidos nunca será exposto a mais do que referências vagas aos povos indígenas americanos no curso de uma graduação em Ciências Políticas, muito menos aprender sobre povos indígenas em outros contextos geográficos como agentes políticos e mesmo críticos dos Estados Modernos. Cursos livres sobre políticas indígenas[7] são raros, e mesmo as listagens

[4] [N. T]: Em tradução livre, "Não Mais Apatia". [NR] O movimento *Idle no More!* Trata-se de um conjunto numeroso de atos de protesto dos povos tradicionais que ocorreram em diversas cidades canadenses no fim do ano de 2012 e início de 2013. O movimento teve como mote inicial a recusa a um pacote legislativo que almejava desregulamentar uma série de proteções ambientais que afetavam diretamente aos povos indígenas daquele país.

[5] [N.T]: Tradução literal de *First Nations*, a forma como os povos tradicionais nativos do Canadá se autoidentificam. [NR]: A categoria constante da constituição canadense se refere a *Aboriginal* e é constituída por, além dos já citados, os *Inuit* – povos tradicionais do ártico- e os *Métis*, povos de ancestralidade mista de colonos europeus e povos indígenas.

[6] As sociedades de colonização de ocupação são caracterizadas por ordens políticas baseadas em uma definição específica de soberania (geralmente europeia), que serve a uma população de imigrantes que planejam se estabelecer na terra em que eles entraram, onde os valores dos imigrantes são superpostos aos das preexistentes comunidades indígenas. O colonialismo de ocupação é um fenômeno global que ocorreu no passado e existe no presente, e, apesar de distinto do colonialismo em si, pode ser intercalado com administrações coloniais (Cavanaugh;Veracini, 2013:1).

[7] [N.R]: No contexto anglófono são utilizadas as expressões *Indigenous politics* e *Indigenous policy* para indicar, respectivamente, a política dos povos indígenas – suas formas de organização política, movimentos sociais, dentre outras – e a política pública voltada para o atendimento de suas demandas. Note-se que, no contexto brasileiro, fala-se em *política indígena* no primeiro caso e *política indigenista* no segundo. Também se faz necessário explicar que, no presente texto, utilizamos com maior frequência – mas não exclusivamente- o termo "indígena" em detrimento de termos tais como "nativo" e "índio", palavras mais comuns no contexto americano, mas que já não são utilizadas de modo usual no contexto acadêmico brasileiro.

dos cientistas políticos sobre políticas étnicas e raciais focam em comunidades mais familiares aos seus contextos, em detrimento das comunidades nativas.

Há várias razões para isto. Certas predisposições na Ciência Política podem "encobrir ou distrair os acadêmicos de enxergarem o valor e a importância das políticas indígenas", deste modo inibindo o estudo do colonialismo de ocupação na disciplina (Bruyneel, no prelo: 1).[8] Historicamente, as abordagens de raça na Ciência Política, ao menos nos EUA (a situação é um tanto diferente no Canadá), acompanham bem mais os legados de escravidão e das dinâmicas de imigração do que o tratamento das comunidades nativo-americanas (McClain; Garcia, 1993). A escassez de cursos reflete-se no fato de que, atualmente, há menos de vinte cientistas políticos estadunidenses profissionais que se voltam para as políticas indígenas.[9] Até o momento, os cientistas políticos estão subrepresentados no vibrante campo transdisciplinar de acadêmicos focados em políticas indígenas na América do Norte.

O "esquecimento" dos indígenas americanos nos currículos de Ciência Política norte-americanos, não apenas reifica a marginalização dos povos tradicionais em seu próprio continente, mas também perpetua a incompreensão da sociedade dominante no que tange à história e os eventos políticos destes grupos atualmente em curso. No entanto, as interações colonizador-indígena são fundamentais e, na realidade, *constitutivas* do desenvolvimento político dos Estados Unidos e de outras nações que nasceram do colonialismo de ocupação. A desatenção às dimensões históricas e contemporâneas das políticas que envolvem indígenas e colonizadores acaba por enfraquecer a Ciência Política como uma disciplina universitária, minando oportunidades para explorar de forma aprofundada assuntos que são centrais para este campo de estudos. Estes assuntos incluem:

- As questões fundamentais das teorias da democracia, como a forma em que a teoria do contrato social foi concebida *vis-à-vis* os povos indígenas que os colonos europeus encontraram (ou imaginaram) e aplicaram tal teoria para justificar a desapropriação de suas terras e modos de vida;
- O desenvolvimento, a longo prazo, de narrativas coletivas e negociações políticas de soberania, territorialidade, jurisdição e cidadania;
- As dinâmicas do federalismo e as relações resultantes entre nações, estados, tribos e outras comunidades majoritárias e minoritárias;
- O desenvolvimento do Direito Constitucional em relação aos direitos dos colonos e das nações semiautônomas;
- A(s) origem(ns) e disseminação da raça como uma categoria epistemológica e política, operacionalizada de diversas maneiras por meio do mito, do direito, da cultura, e das instituições políticas em diferentes contextos geográficos.

Imerso em todos estes campos de pesquisa está o paradoxo de que as democracias liberais capitalistas – os primeiros europeus modernos sinalizam experimentos em sociedades livres – foram constituídos, em parte, pela sistemática subordinação e remoção

[8] Esta numeração se refere ao PDF do texto de Bruyneel, ainda no prelo.

[9] Comunicação pessoal da autora com Kevin Bruyneel, em 24 de julho de 2013. Como um outro indicador, Bruyneel (2013:10) aponta que a conferência anual da APSA tem uma média de apenas dois dentre os oito mil painéis dedicados à política indígena. Os estudantes de pós-graduação que estudam esta área podem melhorar este panorama, mas é difícil saber quantos existem no momento.

da população nativa, como em várias sociedades coloniais não-liberais (por exemplo, a *encomienda* e os regimes comunistas na América Latina). A escassez de atenção às políticas indígenas e às políticas coloniais de ocupação na maioria dos currículos das graduações em Ciência Política, contribui para a perpetuação do apagamento histórico, político e cultural das comunidades nativas na América do Norte.

Neste artigo, eu esboço a utilidade pedagógica de um curso em nível de graduação focado na história e política indígenas, por meio de um esquema comparativo de políticas raciais. O curso de que este artigo trata compara o poder estatal e os direitos indígenas nos Estados Unidos, na Austrália e na América Latina em seus contextos históricos, mas diversas variações são possíveis. Esta abordagem fornece aprendizado sobre os desenvolvimentos macropolíticos (por exemplo, a imposição de paradigmas epistemológicos e políticos ocidentais sobre um mundo povoado) e microdinâmicos (por exemplo, exemplos localizados de disputas de poder e direitos), com uma análise contínua sobre como diversas culturas europeias (e, posteriormente, multiculturais) afirmaram suas prerrogativas contra os povos nativos. Eu apresento, primeiramente, um panorama geral do contexto para o desenvolvimento do curso, os desafios de lecionar esta matéria, e os meus objetivos principais de ensino. Depois, sublinho três estratégias pedagógicas aplicáveis em outras estruturas curriculares e discuto os frutos positivos do aprendizado que observo enquanto refino esta área de ensino.

"Deslocando" o conhecimento dos colonizadores

Eu utilizo uma abordagem analítica que – apesar de esperar que seja de valor para estudantes indígenas – tem o objetivo de ser acessível e especialmente instrutiva para uma população cuja maioria inclui brancos e outros estudantes de cor não-nativos que, de alguma maneira, descendem de colonizadores e que conhecem muito pouco sobre a história política indígena (os estudos indígenas chamam este fenômeno de cultura da "maioria colonizadora"[10]). Entender o contexto cultural e educacional em que os estudantes estão inseridos pode ajudar a customizar um curso introdutório.

Eu leciono num curso de graduação de Ciência Política em uma universidade privada no Rocky Mountain West, onde – como na maioria das universidades estadunidenses – os estudantes nativos (ou seja, reconhecidos como indígena norte-americano ou dos povos nativos do Alasca) representam menos de 1% do corpo discente da graduação –ou, em todas as épocas, de duas a três dúzias de estudantes dentre mais de 5.300 discentes (University of Denver, 2012). Um subconjunto de nossos estudantes tende a ser ativo na Aliança de Estudantes Nativos [*Native Student Alliance*], especialmente no que concerne a controvérsia quanto a manutenção da antiga mascote[11] que ofendia os estudantes indígenas. Estudantes da cultura de maioria branca variam entre o desconhecimento da presença de estudantes nativos em seu meio, ao desinteresse ou desinformação, até a hostilidade aberta aos pontos de vista dos nativos se estes desafiarem

[10] [N.T]: No original, "settler-majority" culture.

[11] [N.R]: A autora se refere aqui às mascotes símbolos de diversos clubes esportivos universitários nos EUA que caracterizam, de forma estereotipada, os povos tradicionais norte-americanos. Há um longo verbete na Wikipedia que trata da "*Native american mascot controversy*" (https://en.wikipedia.org/wiki/Native_American_mascot_controversy),

as suas prerrogativas (por exemplo, ter acesso à imagem de uma amada mascote). Pelo fato de as aulas de políticas raciais raramente incorporarem assuntos indígenas, os estudantes norte-americanos de cor, os estudantes brancos, e os estudantes internacionais tendem a ter pouco contato com as políticas, as culturas e história indígenas. Este pode ser um ambiente delicado para mencionar os legados de conquista, subordinação política, resistência e noções conflitantes sobre a soberania sob o colonialismo de ocupação. No entanto, a relativa ignorância do assunto também pode ser benéfica, já que os estudantes podem ter vieses menos rígidos em comparação com outros temas relacionados à raça.

Por conta da maioria dos cursos de especialização em Ciência Política nos Estados Unidos que *têm* sido expostos às políticas raciais tipicamente o fizeram através do enfoque na política dos grupos de interesse, comportamento eleitoral e opinião pública – assuntos em que a quantidade de dados sobre os povos nativos é limitada – os estudantes ficam incertos, com certa razão, quanto ao enquadramento dos indígenas como agentes políticos. É verdade, esta é uma questão empírica confusa, mas também pode atuar como um fértil ponto de partida para o aprendizado, já que a política indígena desafia a própria noção de que as comunidades nativas devem "se encaixar" ou incorporar os paradigmas do pertencimento e da obediência dos colonos. Cursos sobre o pensamento político estadunidense ou de direito constitucional tipicamente tratam as relações indígenas-EUA de forma intermitente, isso quando chegam a mencionar o assunto. Além disso, a maior parte dos estudantes da graduação em Ciência Política foram treinados em uma ótica educacional que, se ela expõe em algum ponto o colonialismo, tende a mostrar os norte-americanos como colonos ao invés de *colonizadores*, e define o "progresso" racial como um processo de integração dentro do sistema político dos EUA, não abarcando a possibilidade de crítica às assunções dominantes do sistema. As comunidades indígenas tendem a colocar um contraponto diferente em relação a outras formas de políticas raciais e étnicas, particularmente no âmbito de sociedades neoliberais. Talvez o maior obstáculo para explorar as repercussões do colonialismo de ocupação nas comunidades indígenas é que isto requer que os membros da cultura colonial majoritária não apenas enxerguem a política, os sistemas de conhecimento e a história partindo da perspectiva de uma das comunidades mais violentadas e marginalizadas do mundo, mas que também reconheçam as políticas do colonialismo ocupante e da resistência indígena como *contínuas* ao invés de meramente históricas.

Considerando estes desafios, eu busco atingir cinco objetivos gerais relacionados ao processo de aprendizado e ao conteúdo. Meus objetivos são (1) criar canais para identificar e desarmar o comportamento defensivo que os membros da cultura majoritária tendem (geralmente de forma inconsciente) a trazer para a questão e (2) alavancar a curiosidade dos discentes sobre os nativos norte-americanos, que geralmente já é alta, para incentivar o empreendimento analítico que irá levantar questionamentos sobre o papel do conhecimento acadêmico quanto a política indígena. Eu peço aos estudantes para que (3) considerem o impacto do paradigma ocidental, no que tange à epistemologia, metodologia e política, da perspectiva dos povos nativos. (4) Eu utilizo "vias temáticas" – ou seja, assuntos que tornam visíveis os modos em que os sistemas de conhecimento ocidentais e os paradigmas políticos que foram aplicados em diferentes contextos geográficos para instituir estruturas de poder (geralmente racializadas) que constrangem politicamente os

povos indígenas. Um exemplo de uma via temática é o uso quase idêntico por diferentes entidades coloniais anglo-saxãs da noção de "jurisdição" para circunscrever, disciplinar e/ou eliminar as organizações indígenas enquanto se promoviam os interesses dos povos ocupantes. Finalmente, e do começo ao fim, (5) os alunos são iniciados em um conjunto de habilidade analíticas transferíveis para identificar como a teoria política, as estruturas estatais, e as instituições políticas e culturais empregam seu poder para subjugar ou validar os sujeitos políticos, e como estes sujeitos sucumbem, resistem ou superam isso. Este conjunto de habilidades é também aplicável a outras disciplinas dentro e fora da Ciência Política. As três estratégias pedagógicas seguintes servem esses cinco objetivos.

A política racial da epistemologia

O tratamento da Europa Ocidental aos indígenas e as estratégias indígenas de resistência não podem ser entendidas sem o exame de como os sistemas de conhecimento do Ocidente construíram os nativos como o "outro" por meio de discursos de religião, civilização–barbárie e raça. Introduzir cedo os estudantes ao papel das estruturas epistemológicas e disciplinares como instrumentos no projeto político da expansão colonial europeia ajuda a fomentar a profundidade analítica no aprendizado. Esta estratégia atende aos objetivos (2) e (3), mencionados anteriormente.

Eu introduzo o conceito de "deslocamento" para incentivar o aprendizado de um significado não habitual do conceito de "território",[12] (*território* é um termo chave no estudo da política indígena que os estudantes vão aprender a usar com cada vez mais acurácia). *Deslocamento,* da forma como eu o entendo, denota a ideia de que a maior parte dos membros das sociedades ocupantes tem sido socializada em uma visão de mundo constituída através de uma lente colonialista, de modo que achamos naturais conceitos como "o Estado-Nação" como uma unidade política e "soberania" e "cidadania" como privilégios desenvolvidos e protegidos pelo Estado. As comunidades nativas têm se posicionado de forma bem diferente *vis-à-vis* tais conceitos. Para investigar de forma honesta as experiências políticas modernas das comunidades indígenas impactadas pelo colonialismo de ocupação, nós precisamos estar dispostos a "deslocar" nossas diretrizes inconscientes para conceitos como tempo, espaço, propriedade, direito e pertença – todos os quais aproveitados pelos colonos europeus para justificar a conquista, controle e cerceamento das populações nativas, mesmo durante o período em que os europeus promoveram estruturas políticas igualitárias para eles próprios e seus descendentes. Dito de outro modo, as instituições da democracia liberal e seus princípios não são apenas casualmente relacionadas com os pontos de vista coloniais, mas *dependem intrinsecamente* deles; se assim não fosse, o tratamento diferenciado dos nativos seria racionalmente injustificável.[13] O desatamento do paradoxo da governança democrática "baseado no

[12] Aqui, me inspirei em Lawrence e Dua (2005: 127), que escrevem no contexto canadense: "Colonos entendem um novo mapeamento dos territórios tradicionais para os antigos nomes, limites e histórias dos nativos indígenas como profundamente perturbadoras... isto traz o questionamento das noções dos colonos pertencentes-como-brancos *ou* como pessoas de cor, baseadas unicamente na cidadania canadense".

[13] Neste sentido, o estudo da política indígena pode contribuir bastante para a Ciência Política nos estudos de escravidão, direitos das mulheres, e as histórias de outros grupos politicamente subordinados.

consenso" condicionado à demolição de outra cultura está no centro de qualquer estudo do colonialismo de ocupação e da política indígena na era moderna.

Uma experiência especialmente deslocadora para vários estudantes é a descoberta da raça não como uma realidade biológica ou cultural fixa, mas uma ideia que os humanos inventaram em um certo período histórico e contexto geopolítico. Como Rogers Smith e outros autores apontaram, a "raça" não é simplesmente uma variável independente – uma identidade essencial refletida, expressa ou encenadas na vida política – como a corrente behaviorista da Ciência política costuma tratá-la. Na verdade, a "raça" é um resultado, uma série de categorias identitárias *produzidas* e transformadas com o tempo por meio de discursos de conhecimento, atores políticos da elite, instituições, e do próprio Estado (Smith, 2004: 45).

O livro *Racism: A Brief History*, do historiador George M. Fredrickson (2002) oferece uma introdução útil às origens e desenvolvimentos do racismo moderno. Segundo o autor, o racismo moderno é caracterizado principalmente por dois fenômenos: (1) a noção de inferioridade "indelével" de grupos designados e (2) a instituição de uma ordem racial contínua para impor a hierarquia racial. Fredrickson oferece informações úteis sobre a profunda construtividade social da raça e do racismo, indicando a origem do racismo moderno no antissemitismo espanhol no século XVI até os sistemas da Alemanha nazista, o estadunidense Jim Crow e o apartheid sul-africano.

No entanto, este trabalho também oferece um enigma provocativo no contexto dos estados modernos coloniais: Fredrickson interpreta o tratamento dos povos nativos no colonialismo de ocupação como estando além dos limites da ordem racista moderna que ele identifica. Primeiramente, argumenta, os europeus nunca aplicaram *sistematicamente* uma doutrina da pureza de sangue aos os povos indígenas no Novo Mundo da forma que esta doutrina foi aplicada aos judeus e às pessoas de ancestralidade africana em outros casos. Em segundo lugar, quando comparadas a outras ordens raciais modernas, a miscigenação entre nativos e europeus nos contextos coloniais garantia mobilidade relativa do status racial. Fredrickson então enxerga o tratamento dos povos indígenas submetidos ao colonialismo de ocupação como um exemplo de exploração, que não foi nem totalmente *racializada* nem totalmente um sistema racista *moderno.* Tal interpretação, estranhamente – ou necessariamente – parece isentar o colonialismo de ocupação de ser classificado como um sistema racista moderno, o retratando como de certo modo anterior ou externo aos outros exemplos que o autor demonstra, ao invés de emblemático ou concorrente com esses. O paradoxo da exclusão cria uma oportunidade para os estudantes decifrarem a defensibilidade de uma tipologia acadêmica. Por quê, pergunta-se, Fredrickson defenderia a periferização, tal como ocorreu, das experiências nativas sob o colonialismo de ocupação? Eu utilizo uma tarefa de elaboração de ensaio como exame parcial para permitir aos estudantes explorar este tópico.

De uma perspectiva indígena, as experiências aborígenes sob o colonialismo são fundacionais – e não periféricas – para a compreensão das histórias, funções e efeitos do racismo. Os acadêmicos indígenas expressam tal fenômeno com uma clareza que, mais uma vez, é deslocadora, e invariavelmente enriquecedora para os estudantes. As reflexões de Linda Tuhiwai Smith no papel que a metodologia desempenha no estudo dos povos indígenas na obra *Descolonizando Metodologias* torna mais visível a estrutura de poder

epistemológica que baseou o colonialismo de ocupação europeu, inclusive os discursos que foram produzidos para autorizar seu avanço (Smith, 2007). Smith problematiza quatro termos – imperialismo, história, escrita e teoria – que constituem palavras "problemáticas" de uma perspectiva indígena, mas que esclarecem o modo como "os idiomas, o conhecimento e a cultura indígenas foram silenciados ou deturpados, ridicularizados ou condenados nos discursos acadêmico e popular" (2007: 20). Ao fazê-lo, ela desmascara conceitos como o da objetividade do conhecimento intrínseco aos paradigmas de pesquisa ocidentais, revelando o modo como – quando aplicado aos povos nativos – os "conhecimentos" eurocêntricos sempre foram conduzidos pela ideologia e pelo poder. Como um meio importante para a construção da identidade da Europa Iluminista, a pesquisa científica foi indispensável para o colonialismo e para o imperialismo. De fato, as atividades de contagem e categorização do empirismo (ele mesmo um empreendimento eurocêntrico) geralmente perpetuam o apagamento, a desinformação e a violência contra os povos nativos. Deste modo, a pesquisa feita por e para os povos indígenas é uma inquietante iniciativa, mas também pode ser um meio de resistência e autodeterminação por meio do que Smith denomina "pesquisar-de-volta" por meio de abordagens mais indígena-centradas ou, ao menos, historicamente mais equilibradas (Smith, 2007).[14]

Para tornar as afirmações de Smith mais concretas para os graduandos desorientados pela experiência inusitada de criticar os métodos do racionalismo científico, eu utilizo o documentário da BBC *Bones of Contention*, que examina as tensões entre cientistas e povos indígenas norte-americanos que estão sob o *Native American Graves Protection and Repatriation Act*[15] (Peck; Seaborne, 1998). Em 1868, por ordem de seu cirurgião-geral, o exército dos EUA coletou os restos mortais dos nativos americanos para os objetivos de, entre outras razões, estudar os níveis de inteligência das diferentes raças. Quando o Instituto Smithsonian foi inventariar a coleção em 1985, foram identificados os restos mortais de mais de 18.000 pessoas. Podemos aprender com isso que a arqueologia serviu como um braço de um empreendimento político-ideológico, autorizado a transformar até mesmo os restos mortais de indígenas em propriedade científica e governamental, sem o consentimento dos descendentes. Muitos nativos americanos contemporâneos veem essas práticas como as sucessivas violações dos mortos e uma afronta espiritual. O documentário analisa os esforços para criar soluções mais colaborativas para se entender o passado enquanto se respeitam os valores culturais dos descendentes vivos desses objetos de interesse científico.

A operacionalização da conquista

A reflexão sobre o modo como certos paradigmas de conhecimento impactaram as experiências dos indígenas sob o colonialismo de ocupação, fornece uma base para o exame do modo como as ideias são implementadas por meio de estruturas políticas em determinados contextos. Minha segunda estratégia pedagógica examina o relacionamento

[14] Outra obra imensamente útil, que eu apresento ao lado da obra de Smith é *Decolonizing Antiracism* de Lawrence e Dua (2001).

[15][N. T.] Em tradução livre, Lei da Proteção e Repatriação dos Túmulos dos Povos Nativo-Americanos. Trata-se de legislação federal que obriga que objetos ou restos mortais de indígenas desenterrados durante escavações arqueológicas sejam encaminhadas para a guarda dessas comunidades dentro de um curto período.

entre as políticas elitistas direcionadas aos indígenas – que sempre foram sustentadas por assunções de conhecimento que justificavam as ações – e as práticas dos cidadãos colonos comuns e instituições locais. Especificamente, as ideias de contrato e soberania, que são profundamente ligadas aos conceitos de tempo e espaço, impulsionaram o desenvolvimento de estruturas de poder durante o colonialismo de ocupação que continuam a informar os desafios políticos que as comunidades nativas enfrentam.

A investigação de Carole Pateman e Charles Mills acerca do que eles chamam de "contratos coloniais" dentro da teoria do contrato social fornece uma poderosa passagem da epistemologia para a política no terreno (Pateman; Mills, 2007). O contrato colonial é "uma forma específica do contrato de expropriação e se refere à retirada de posses e do domínio dos nativos pelos colonos britânicos nos dois Novos Mundos" (2007: 38). Pateman reconta como o contrato colonial foi evocado na teoria política e na lei das nações nos séculos dezessete e dezoito para justificar a ocupação de terras indígenas, apesar de que por meio de duas lógicas diferentes na Austrália e nos Estados Unidos (2007: 36). Embasados no conceito elaborado por Grotius de *terra nullius* e no contrato social de Locke (o qual dependia da ideia de *terra nullius* para justificar a conquista sem consentimento completo), de um lado, os colonizadores o direito de cultivar a terra selvagem "intocada"[16], e pelo outro, a noção de que os nativos não detinham soberania para justificar violar os direitos desses povos, e, ao mesmo tempo, construir as ideias coloniais do um governo político "adequado" (2007: 53-54). Esta é apenas uma das lógicas que periodicamente justificaram a violação dos *Treaty Rights*[17] quando era conveniente à nação ocupante.

É relevante para os estudantes o reconhecimento de como o contrato colonial era não apenas um instrumento heurístico, mas também um conjunto de ideias localizadas em um certo período histórico enquanto os colonos "carregavam as leis consigo" para criar o mundo moderno (Pateman; Mills, 2007: 55). A análise do uso da lei traz consigo a conclusão de que a devastação povos indígenas pelo colonialismo de ocupação *faz parte* das estruturas legais modernas, ao invés de serem uma aberração ou consequência acidental delas. Uma das lógicas do Estado Moderno é a de que "qualquer reconhecimento das nações nativas deve ser feito nos termos do novo *imperium* [pois] dentro do território do Estado moderno só pode haver um poder soberano" (2007: 59). O trabalho de Pateman e Mills contextualiza os desafios políticos que os povos indígenas enfrentam atualmente pela investigação da legitimidade dos Estados democráticos "cuja origem é o contrato colonial". A obra nos instiga a questionar o que significaria a construção de uma "nova ocupação com os povos nativos", uma que não fosse baseada no colonialismo (2007: 77).

O trabalho da historiadora Lisa Ford acrescenta maior embasamento histórico para as reflexões de Pateman e Mills. Em *Settler Sovereignty* (2010), Ford utiliza materiais de arquivo para comparar como a "trindade legal do Estado-Nação: soberania, jurisdição e

[16][N.T] Uma tradução aproximada de "right of husbandry" aplicado às terras.

[17][N.R] Os "Direitos dos Tratados" se referem aos direitos oriundos dos tratados celebrados entre os estados coloniais e os povos indígenas para o reconhecimento de um determinado território como de ocupação tradicional. A prática da celebração de tratados foi a política adotada pela coroa inglesa na América do norte, com especial desenvolvimento no caso canadense. Diferentemente do caso brasileiro, em que a política de demarcação de terras indígenas é uma política de reconhecimento de um direito originário, a celebração dos tratados provê uma fórmula típica do direito comum inglês que prevê a criação dos direitos tão somente a partir do estabelecimento do contrato.

território" se desenvolveu em New South Wales (Austrália) e os Estados Unidos, entre 1788 e 1835. Utilizando os registros de tribunais, cartas, e outras fontes primárias, Ford descobriu que as práticas diárias partilhadas entre pessoas indígenas, colonos europeus comuns, as elites políticas locais e as autoridades federais moldaram noções legais de jurisdição, de forma geralmente bastante confusa. Apesar de noções similares de contrato colonial nos dois contextos geográficos, a soberania não era uma ideia fácil de ser colocada em prática imediatamente; de fato, era muito fluida e contestada por décadas enquanto sociedades distintas negociavam a jurisdição sobre crimes dos colonos e dos nativos. Normas de reciprocidade, retaliação e diplomacia de ambos os lados da linha de demarcação colonial mantiveram a questão da jurisdição relativamente aberta por anos.

Somente quando as estruturas legais do colonialismo de ocupação atingiram a *conjugação* da soberania, do território e da jurisdição sob aparatos federais – com a ajuda do desenvolvimento das noções de raça e inferioridade racial – que foi possível o desenvolvimento da "perfeita soberania dos colonos" para justificar a remoção dos povos indígenas e destruir legalmente seus direitos anteriormente reconhecidos (Ford, 2010:2). A pesquisa de Ford apresenta aos estudantes os métodos arquivísticos e ilumina as variadas e fluidas formas em que o poder político pode ser posto em prática – desde negociações entre comerciantes e chefes de tribos acerca das trilhas nativas, até júris dos colonos que decidiam o destino de crimes locais e devastadoras decisões judiciais de deslocamento forçado proferidas em Sydney e Washington DC.

Com base na obra de Ford, eu utilizo a obra *The Third Space of Sovereignty* (2007), do cientista político Kevin Bruyneel, para explorar o desenvolvimento do colonialismo de ocupação nos EUA no século XXI. Este livro decifra as políticas de ocupação entre colonos e indígenas desde a Guerra Civil até o presente como um conflito de fronteiras espaciais e temporais, no qual os indígenas em geral reivindicam o que geralmente é visto como "anacrônico" ou não moderno e nos limites do espaço politicamente reconhecido (Bruyneel, 2007: XIII-XV). O que Bruyneel chama de "ambiguidade colonial" acerca do escopo e localização da soberania tribal e do relacionamento dos povos nativos como o Estado neoliberal produz uma tensão nacional acerca da soberania e dos direitos indígenas, que continua a afetar os discursos jurídicos, políticos e o debate público acerca dos nativos americanos. No entanto, já que a colonização nunca está realmente completa, e os colonizados nunca estão inteiramente sem agência, a resistência indígena tende a ocorrer em um "terceiro espaço" político, no qual os ativistas indígenas tentam explorar politicamente as "inconsistências, contingências e fissuras nas práticas da colonização e descolonização" (Bruyneel, 2007: XVIII).

Pedagogicamente, a abordagem de Bruyneel ilumina a forma como as estratégias políticas contemporâneas dos povos indígenas – por exemplo, acerca do direito a receitas de jogos ou aquisição de terras – são comumente constrangidas por imposições centenárias de poder estatal que definiram os nativos como povos situados ao mesmo tempo dentro e/ou fora de um sistema político colonialista. No caso dos EUA, o poder estatal foi imposto por meio de tratados; guerras; parcerias missionárias entre o Estado e a Igreja; remoção; políticas federais que redefiniram as relações dos povos indígenas com a terra, relações familiares e a comunidade; a criação do Escritório de Assuntos Indígenas [Bureau of Indian Affairs]; e a tardia e unilateral extensão da cidadania em 1924 – todas influenciam como e

onde os grupos indígenas disputam suas batalhas políticas hoje em dia. A pesquisa de Bruyneel chama atenção para a natureza profundamente contingente e socialmente construída das reivindicações de soberania – uma realidade que a política indígenas revelam melhor que outros casos. A abordagem do terceiro espaço também esclarece o modo como os grupos indígenas se engajam em outros contextos políticos atualmente, nos quais – independentemente da forma política do Estado em que eles se encontram – eles estão geralmente situados não exatamente dentro, mas não exatamente soberanos.

Após o estudo de Pateman, Ford e Bruyneel, seria difícil para um estudante de Ciência Política a leitura do posicionamento famoso de John Marshall no caso de 1823 *Johnson v. McIntosh*[18], que justificou a soberania dos colonos por meio da doutrina da descoberta, sem perceber o forte contexto ideológico e as práticas locais que produziram tal decisão. Ensinada cuidadosamente, estas abordagens históricas deslocam as histórias acerca da política americana antiga que são disfarçadas por representações convencionais de soberania e direito.

Lutas em perspectiva comparada

Minha terceira estratégia pedagógica se entrelaça com as duas primeiras e as estende. Tendo os alunos sido expostos ao impacto político da epistemologia como parte do arsenal imperial europeu, e tendo eles estudado exemplos do modo como ideias sobre raça, civilização, soberania e democracia foram usadas politicamente nos dois contextos do "Novo Mundo" nos corpos dos povos indígenas, os estudantes estão prontos para afiar suas crescentes habilidades de comparação. Vários textos servem a este propósito, mas, recentemente, achei o livro da cientista política Deborah Yashar denominado *Contesting Citizenship in Latin America* (2005) especialmente útil para explorar as mobilizações políticas indígenas entre Estados com modelos distintos de formação.

Utilizando estudos de casos do Equador, Bolívia e Peru – cada um dos quais tem visto movimentos indígenas que articulam suas reivindicações políticas por meio da "nova" linguagem da etnicidade (isto é, "nova" na longa linha do tempo da política indígena) – Yashar examina o modo como as diferentes formações estatais modelam, coordenam e canalizam identidades públicas (Yashar, 2005: 5-6). Em particular, os regimes de cidadania – um complexo de instituições estatais que definem a pertença política, que direitos as pessoas possuem, e como eles intermedeiam seus interesses com o Estado – desempenham um papel fundamental na "definição *formal* da interseção entre a política nacional, a pertença política, e as identidades públicas" (Yashar, 2005: 6). Para ativistas de base, o "espaço político associativo" e as redes transcomunitárias, influenciam o sucesso dos grupos indígenas em terem suas queixas ouvidas. Yashar compara como as mudanças nos regimes de cidadania na América Latina na última parte do século XX, afetou os movimentos indígenas que emergiram fortes no Equador, com disparidades regionais na Bolívia e fracos no Peru. Dentre outras descobertas, os casos revelam o quanto as experiências políticas dos grupos indígenas variaram dentre formações estatais comunistas, corporativistas e neoliberais apesar de alguns padrões – tais como a exploração das terras e

[18] [N.R]: Uma das três decisões que compõem a chamada "trilogia Marshall" que estabeleceram a jurisprudência norte-americana sobre terras indígenas ainda na primeira metade do século XIX.

do direito sobre recursos indígenas pelo Estado – mantiveram-se infelizmente consistentes em todos esses sistemas ideológicos.

No momento em que os alunos são expostos aos casos da América Latina, eles já confiarão em sua habilidade para compreender a escala dos desafios políticos que os grupos indígenas enfrentam hoje, enquanto elementos enraizados no desenvolvimento político do Ocidente moderno e como um projeto inseparável do colonialismo de ocupação, assim como, para identificar as variações entre contextos políticos distintos. De certa forma, inesperadamente, tenho visto que neste estágio, os discentes começam a perceber várias conexões entre os assuntos do curso e estão bem interessados em testar ideias de uma parte da aula em outras. Por exemplo, os grupos indígenas na América Latina têm lutado pela remoção de testes de alfabetização como parte dos seus esforços para uma maior inclusão. Os alunos manifestaram interesse no modo como estes testes manifestam os vieses epistemológicos do colonialismo de ocupação. Eles também encontraram amplas possibilidades para a aplicação da análise do terceiro espaço de Bruyneel nos casos da América Latina, além da aplicabilidade das descobertas de Yashar sobre os regimes de cidadania para analisar os casos australianos e norte-americanos que estudamos anteriormente.

Em uma recente versão de meu curso, eu notei que, durante o semestre, os estudantes estavam reunindo um número de assuntos gerais sobre os quais eles desejavam aprender mais. Eu os compilei em uma lista de tópicos suplementares de pesquisa e designei uma atividade final em pequenos grupos na qual os alunos teriam de "lecionar" aos colegas. Grupos de três a quatro estudantes realizaram pesquisas adicionais nos assuntos que escolheram e se basearam nos principais referenciais analíticos da disciplina para ensinar a matéria a seus pares. Isso resultou em cinco apresentações inusitadamente coerentes, incluindo uma análise do papel das mulheres no ativismo canadense *Idle No More*, uma análise de como o gênero e a sexualidade interseccionam com a raça por meio do casamento nas políticas colonialistas de ocupação, uma pesquisa sobre a política das mascotes e sua relação com práticas rotineiras compartilhadas nos Estados Unidos, e uma revisão das relações históricas entre afro-americanos e a Nação Cherokee durante o século XIX. No futuro, eu adicionaria estudos aprofundados sobre tratados particulares entre os povos nativos e os EUA, e seus desdobramentos, a esta lista.

Conclusão

Enquanto os índices de conclusão do ensino médio aumentam para estudantes afro-americanos e latinos, as taxas de conclusão da graduação dos estudantes nativos americanos são desanimadoras e em queda na maior parte dos estados (Sheehy, 2013). O percentual total de indígenas norte-americanos matriculados em universidades dos EUA tem flutuado em torno de 1% ou menos desde o ano de 1976 (Digest of Education Statistics, 2013). Os estudantes nativos que conseguem cursar o ensino superior frequentemente se sentem isolados no campus, de modo que a permanência desses alunos no curso é difícil (Belgarde; LoRe, 2003-2004). Apesar de vários estudantes nativos americanos se sentirem atraídos pelo estudo do poder e da política, nossa disciplina reforça um ambiente alienador quando os estudantes descobrem que suas comunidades – cuja história e política estão intrinsecamente entrelaçadas com a das pessoas da cultura dominante – estão quase

completamente excluídas do currículo principal. Além disso, nenhuma dessas lacunas são justificadas pedagogicamente.

Cursos criteriosamente desenhados sobre a política indígena e o colonialismo de ocupação podem desenvolver habilidades transferíveis, aplicáveis em múltiplos tópicos na Ciência política. Quando os estudantes são apresentados a estes assuntos como um conteúdo relevante dentro da Ciência política, em que a história dos nativos está no centro (para variar), eles podem responder a antigos questionamentos com uma nova visão. Qual é a função da teoria política, e como as afiliações políticas e ideológicas de seus autores ajudaram a justificar o imperativo conquistador de uma nação? Como os esquemas epistemológicos produziram "realidades" – tais como a noção de raça, ou de civilização, ou de progresso – empregadas nos contextos políticos para produzir estruturas concretas de poder? Por quais dos diferentes mecanismos – ideias, práticas rotineiras compartilhadas, direito, instituições, narrativas culturais, o Estado – o poder é operacionalizado? Como as várias formações estatais e regimes de cidadania impactam a forma de os grupos minoritários alavancam suas reivindicações políticas em um mundo que muda rapidamente? Como um entendimento destes mecanismos expande as noções comuns da Ciência Política do que é "política" e de onde ela ocorre?

Em um curto período, as três estratégias pedagógicas expostas neste artigo podem produzir um imenso aprendizado e uma verdadeira reorientação quanto aos sujeitos ao colonialismo de ocupação e as políticas indígenas. Os discentes aprendem as habilidades para considerar criticamente as origens e os legados de longo prazo das dinâmicas políticas sobre as quais eles foram tipicamente treinados para não pensar muito sobre o assunto. Os povos indígenas tipicamente são tratados ou como "povos do passado" – cujas histórias, vidas e reivindicações são mais bem estudadas em disciplinas tais como História ou Antropologia – ou como os desafortunados perdedores políticos na trágica, porém inevitável, marcha do progresso do Ocidente. Ambas as narrativas apagam a complexidade histórica e política. Os estudos examinados neste artigo provocam uma disrupção nessas assunções, evidenciando a relevância atual de práticas antigas, trazendo as perspectivas dos indígenas para o presente, e desafiando os estudantes a se tornarem – se não ativistas aliados, ao menos observadores informados que conseguem respeitar a profundidade, a escala e o contexto das disputas políticas que os povos indígenas ainda estão tentando enfrentar.

Referências

BELGARDE, Mary Jiron; LORE, Richard K. 2003–2004. "The Retention/Intervention Study of Native American Undergraduates at the University of New Mexico." Journal of College Student Retention, 5, no.2: 175–203.

BRUYNEEL, Kevin. 2007. The Third Space of Sovereignty: The Postcolonial Politics of U.S.–Indigenous Relations. Minneapolis: University of Minnesota Press.

BRUYNEEL, Kevin. Forthcoming. "Political Science and the Study of Indigenous Politics." In The Oxford Handbook on Social Science and the Study of Indigenous Peoples' Politics, editado por Dale TURNER e Tony LUCERO. New York: Oxford University Press.

CAVANAUGH, Edward; VERACINI, Lorenzo. 2013. "Editors Statement." Settler Colonial Studies 3 (1): 1. Digest of Education Statistics, Table 237. 2013. "Total Fall Enrollment in Degree-Granting Institutions, by Level of Student, Sex, Attendance Status, and Race/Ethnicity: Selected Years 1976 through 2010." http://nces.ed.gov/programs/digest/d11/tables/dt11_237.asp.

FERGUSON, Kennan. 2016. Why Does Political Science Hate American Indians? American Political Science Association. Vol. 14/No. 4. DOI: 10.1017/S1537592716002905

FORD, Lisa. 2010. Settler Sovereignty: Jurisdiction and Indigenous People in America and Australia, 1788–1836. Cambridge, MA: Harvard University Press.

FREDRICKSON, George M. 2002. Racism: A Short History. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Johnson and Graham's Lessee v. M'Intosh, 21 U.S. 543 (1823). JUSTIA. Corte suprema de Justiça dos Estados Unidos. Disponível em: https://supreme.justia.com/cases/federal/us/21/543/

LAWRENCE, Bonita, and DUA, Enakshi. 2005. "Decolonizing Antiracism." Social Justice, 32, no. 4: 120–43.

MCCLAIN, Paula D., and GARCIA, John A. 1993. "Expanding Disciplinary Boundaries: Black, Latino, and Racial Minority Group Politics in Political Science." In Political Science: The State of the Discipline II, organizado por Ada FINIFTER, 247–79. Washington, DC: American Political Science Association.

PATEMAN, Carole; MILLS, Charles. 2007. Contract and Domination. Malden, MA: Polity Press.

PECK, Danielle; SEABORNE, Alex (diretores). 1998. Bones of Contention. VHS cassette. Princeton, NJ: Films for the Humanities.

SHEEHY, Kelsey. 2013. "Graduation Rates Dropping Among Native American Students." US News and World Report, June 6. http://bit.ly/1ftch4C.

SMITH, Linda Tuhiwai. 2007. Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples. 10th ed. New York: Palgrave.

SMITH, Rogers M. 2004. "The Puzzling Place of Race in American Political Science." PS: Political Science and Politics, 37, no. 1: 41–5.

University of Denver Institutional Research Department. 2012. "Enrollment by Race/Ethnicity and Degree Level, All Collegiate Students, Fall 2008 to Fall 2012 (EOT)." http://www.du.edu/ir/pdf/profi les1213/enrl_race_level_f12.pdf.

SOARES, Leonardo Barros. 2020. A ausência eloquente: ciência política brasileira, povos indígenas e o debate acadêmico canadense contemporâneo. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 33. e221084, 2020, pp 1-39.DOI: 10.1590/0103-3352.2020.33.221084

YASHAR, Deborah J. 2005. Contesting Citizenship in Latin America: The Rise of Indigenous Movements and the Postliberal Challenge. Cambridge: Cambridge University Press.

WADSWORTH, Nancy. 2014. "Unsettling Lessons: Teaching Indigenous Politics and Settler Colonialism in Political Science" PS: Political Science & Politics, 47, n. 3: 692-697, jul. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-politics/article/un

settling-lessons-teaching-indigenous-politics-and-settler-colonialism-in-political-science/4D95440931B653634377FD75052F5467 [acesso em 17/09/2020]

agradecimentos à diretoria da Associação Brasileira de Ciência Política pelo financiamento da licença para a tradução, que foi realizada de forma inteiramente voluntária. Estes adquiridos junto à Cambridge University Press e são autorizados por meio da licença nº 5046470188352.

sobre a autora

Nancy D. Wadsworth
Professora associada de Ciência política no Departamento de Ciência Política da Universidade de Denver, e é autora *de Ambivalent Miracles: Evangelicals and the Politics of Racial Healing* (2014).

sobre a tradutora

Yasmin Nascimento Moita
Advogada, aluna da especialização em Direito Público pela Faculdade Unyleya e aluna especial no Mestrado em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA).

sobre o tradutor

Leonardo Barros Soares
Doutor em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA).

financiamento Associação Brasileira de Ciência Política pelo financiamento da licença para a tradução.

Recebido em 15/03/2023.
Aprovado para publicação em 16/05/2023